



EDITAL DE LEILÃO de 1ª e 2ª PRAÇA
Prazo: 20 (vinte) dias

Marcel Henry Batista de Arruda, Juiz de Direito da Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual, da Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de **Execução Fiscal n. 0014644-31.2011.8.12.0008**, apensado aos processos n. 0800590-90.2012 e 08033586-27.2013, movido pelo '**Estado de Mato Grosso do Sul contra Maximus Comércio, Importadora e Exportadora Ltda**, CNPJ: 06.082.354/0001-09, nas pessoas de seus presentantes legais, os senhores: Nibal Salleh, CPF 000.631.471-65, Akram Salleh, CPF n. 713.704.631-20, **NIBAL SALLEH**, CPF 000.631.471-65 e **AKRAM SALLEH**, CPF n. 713.704.631-20 em trâmite perante este Juízo e Cartório da Vara de Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual, com endereço na Rua da Paz, nº 14 – centro, nesta capital, que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015 e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal www.vialeiloes.com.br, o leiloeiro judicial nomeado pelo Excelentíssimo Juiz de Direito desta Vara, Sr. Ilto Antonio Martins leva a público pregão de venda e arrematação do bem móvel abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. Na primeira praça com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local) e término no dia 13 de agosto 2025, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem na primeira praça, a segunda praça seguir-se-á sem interrupção, e término no dia 26 de agosto de 2025, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta) do valor de avaliação.

DESCRIÇÃO DOS BENS: Item I – Um aparelho de ar-condicionado, piso/teto, 220 W, Split completo(evaporadora e condensadora) de 60.000 Btus's, importado, sem marca aparente. Fabricado por Internacional Comfort Products Corporation (USA), Lewisburg, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 2.000.00 (dois mil reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item II – Um aparelho de ar-condicionado, piso/teto 220 W, Split completo (evaporadora e condensadora) de 60.0000 Btu's, marca Springer, usado, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 2.500.00 (dois mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item III – Um aparelho de ar-condicionado, piso/teto 220 W, Split completo (evaporadora e condensadora) de 60.0000 Btu's, marca Springer, usado, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 2.500.00 (dois mi





quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item IV – Um aparelho de ar-condicionado, piso/teto, 220 W, Split completo(evaporadora e condensadora) de 60.000 Btus's, marca Premiun, usado, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 2.500.00 (dois mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item V – Uma Cervejeira Metalfrio, expositoras de aproximadamente 378 LITROS, em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 1.500.00 (mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item VI – Uma Cervejeira Metalfrio, expositoras de aproximadamente 378 LITROS, em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 1.500.00 (mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item VII – Uma Cervejeira Metalfrio, expositoras de aproximadamente 378 LITROS, em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 1.500.00 (mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

Item VIII – Um Grupo gerador completo(Motor e Gerador) de 20 KVA, (motor b-18 e transformador 20kva), usado, em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser praceado, é de R\$ 8.500.00 (oito mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de fls. 245 dos autos.

ÔNUS SOBRE OS BENS A SEREM PRACEADOS: Não existem ônus sobre os bens móveis a serem praceado.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Sobre os bens móveis, não constam débitos de impostos, caso haja, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130,parágrafo único, CTN).

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DOS EXECUTADOS:

AKRAM SALLEH (CPF 713.704.631-20)

CAMPO GRANDE

5º Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Processo: 0011129-09.2011.8.12.0001.

Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Cheque. Data: 24/02/2011. Reqte: Mário Sérgio Gomes de Castro;

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0014644-31.2011.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: Estado De Mato Grosso do Sul.

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0800590-90.2012.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: E. M. G. S.

12º Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Processo: 0844085-35.2017.8.12.0001



(1411716-05.2018.8.12.0000). Ação: Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança. Assunto: Antecipação de Tutela/ Tutela Especifica. Data: 19/12/2017. Autor: Pedro Candido de Almeida;

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0900195-28.2020.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 04/09/2022. Exeqte: Estado De Mato Grosso do Sul.

CORUMBÁ:

2º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0003190-88.2010.8.12.0008 (Suspendo) (008.10.003190-8). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 10/06/2010. Reqte: B..

3º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0100921-21.2009.8.12.0008 [1] (Suspendo) (008.09.100921-6/00001). Ação: Cumprimento de Sentença. Data: 25/03/2009. Exeqte: Benedito Paulo Saab.

3º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0600071-70.2010.8.12.0008 (008.10.600071-0). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Nota Promissória. Data: 11/05/2010. Exeqte: White Martins Gases Industrias Ltda.

Em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal na base de dados, verificou-se constar a seguinte distribuição que poderá se referir a homônimo:

2º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0800162-35.2017.8.12.0008. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça. Data: 23/01/2017. Exeqte: Alexandre Castanha.

NIBAL SALLEH (CPF 000.631.471-65)

CAMPO GRANDE

5º Vara Cível da Comarca de Campo Grande. Processo: 0011129-09.2011.8.12.0001. Ação: Procedimento Comum Cível. Assunto: Cheque. Data: 24/02/2011. Reqte: Mário Sérgio Gomes de Castro;

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0014644-31.2011.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: Estado De Mato Grosso do Sul.

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0800590-90.2012.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: E. M. G. S.

CORUMBÁ

3º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0100921-21.2009.8.12.0008 [1] (Suspendo) (008.09.100921-6/00001). Ação: Cumprimento de Sentença. Data: 25/03/2009. Exeqte: Benedito Paulo Saab.

3º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0600071-70.2010.8.12.0008 (008.10.600071-0). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Nota Promissória. Data: 11/05/2010. Exeqte: White Martins Gases Industrias Ltda.

MAXIMMUS COMÉRCIO, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA (CNPJ 06.082.354/0001-09)

CAMPO GRANDE

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo:



0014644-31.2011.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: Estado De Mato Grosso do Sul.

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0800590-90.2012.8.12.0008. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: E. M. G. S.

Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0803586-27.2013.8.12.0008 (Suspensão). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 01/11/2022. Exeqte: Estado De Mato Grosso do Sul.

CORUMBÁ

2º Vara Cível da Comarca de Corumbá. Processo: 0003190-88.2010.8.12.0008 (Suspensão) (008.10.003190-8). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 10/06/2010. Reqte: B..

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Os bens móveis se acham depositados com a pessoa de Akram Salleh, na Rua Antônio Maria Coelho, Lote 24 – Cristo Redentor (CEP 79301-002) – Corumbá/MS, e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA: 1) o(s) bem(ns) será(ão) alienados no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;

3) não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do(s) lote(s) em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerado vil lances inferiores (art. 891. CPC e art. 25, parágrafo único, Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

5) para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

6) durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial www.vialeiloes.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 “caput” e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

7) o interessado poderá adquirir o bem penhorado em prestações, observadas as regras insculpidas no art. 895 do Código de Processo Civil;

7.1) na ocorrência de arrematação parcelada, o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data



da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

8) a comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.2) se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma;

8.3) não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese de desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.4) na concessão de isenção ou anistia após a realização da alienação, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, não será devida comissão, porém, as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital.

8.5) no caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em leilão, será devido ressarcimento pelo(a) executado(a) das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei.

9) homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

10) o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (art. 29 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

11) não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

12) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das



partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

13) a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS).

DA TRANSMISSÃO DO BEM: 1) o arrematante só será imitido na posse após a expedição da carta de arrematação (em sendo bem imóvel) ou mandado de entrega (para bens móveis) pelo Juízo, quando já esgotado o prazo de 30 (trinta) dias constantes do art. 24 da Lei nº 6.830/80 para adjudicação do(s) bem(ns) pela Fazenda Pública;

2) desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do(s) móvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Judicial;

3) correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo á transferência do(s) móvel/imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome.

OBSERVAÇÕES:

1) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF).

2) As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: no escritório do Leiloeiro Judicial, Sr. Ilto Antonio Martins, localizado na Rua Alagoas, 1791, – Vila Célia - CEP: 79022-370, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelo telefone (067) 3321-7262, e-mail: sac@viaileioes.com.br, ilto@viaileioes.com.br e no site www.viaileioes.com.br.

Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal www.viaileioes.com.br.

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) cliente(s), por meio do presente, da realização da hasta pública acima descrita. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no endereço supra mencionado. Eu, Mirian Kotsi, Analista Judiciário, o digitei, e eu, Ruan Carlos de Andrade Silva, Chefe de Cartório, o conferi. Campo Grande, MS, 16/07/2025.